

Bruno Reis apela para que professores retornem e critica sindicato

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), apelou ontem para que os professores retornem para as salas de aula, e criticou o sindicato da categoria. Segundo ele, a entidade tem "politicizado" a questão.

"Mais uma vez, eu faço um apelo aos professores. Não vamos deixar politizar a pandemia em nossa cidade. Vocês viram o decreto do governo do estado. Em nenhum momento, prefeito e governador (Rui Costa) politizaram esse ano. Sempre deixamos as questões políticas de lado. E justa-

mente por isso tivemos mais sucesso do que muitas cidades do Brasil. Talvez, não tenha uma cidade do Brasil que tenha passado pela pandemia com tanto êxito como Salvador. Nós não podemos, professores, deixar que um sindicato queira politizar um assunto desta natureza. Ninguém nunca politizou. Nenhum sindicato tem o direito de politizar", declarou o democrata, em entrevista coletiva, durante a entrega quarta e última etapa de requalificação da Estrada Velha.

Decreto estadual publicado ontem assinala que, considerando que a capital baiana manteve a taxa de ocupação de leitos de UTI Covid abaixo de 75% por cinco dias consecutivos, as

unidades de ensino públicas e particulares de Salvador estão autorizadas para retomar as atividades de forma semipresencial.

Ainda na entrevista de ontem, Bruno Reis falou sobre a aprovação do programa CredSalvador, por unanimidade pela Câmara de Vereadores na terça-feira. O prefeito, que comparou o programa a uma espécie de "banco", afirmou que será regulamentado nos próximos dias para liberar até R\$ 10 milhões para trabalhadores da informalidade. Segundo ele, será realizado um processo licitatório para seleção do agente de crédito encarregado da criação da plataforma digital do programa e da operacionalização dos empréstimos.



"Nós vamos agora regulamentar através de um decreto e precisamos contratar (um agente) para fazer a gestão do fundo. A gente analisando (viu) que, se fosse adotar os procedimentos

que os bancos de financiamento, de fomento realizam, isso dificulta muito o acesso para o pequeno, microempreendedor. O objetivo é desburocratizar, permitir o acesso ao crédito. Não

adianta colocar R\$ 10 milhões no fundo, e as pessoas não terem acesso ao crédito. Tem que facilitar para que as pessoas possam acessar o dinheiro", ressaltou.

ASSISTÊNCIA

CredSalvador vai gerar mais de 12 mil empregos na capital



CÂMARA DE SALVADOR aprovou nesta semana o programa CredSalvador

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O projeto que institui o Programa CredSalvador, e cria o Fundo de Crédito Emergencial do Município do Salvador como medida para o enfrentamento econômico da pandemia da Covid-19, vai beneficiar mais de 4.300 microempreendedores, cada um gerando uma média de 3 a 5 empregos. O texto do Executivo foi aprovado no Plenário da Câmara. Após a sanção, as regras para a concessão do crédito deverão ser anunciadas pela Prefeitura.

No último dia 27, os secretários municipais Thiago Dantas (de Gestão), Mila Paes (de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda) e Giovanna Guiotti (da

Fazenda) esclareceram aos vereadores os projetos de incentivos fiscais. Na sua exposição, Mila Paes destacou que para cada real emprestado em programas de microcrédito são retornados R\$ 4,50 para o PIB das cidades em que essas concessões são realizadas. Ela também informou que Salvador possui, aproximadamente, 406 mil trabalhadores informais, 205 mil MEIs, e 61 mil MES.

O presidente da Câmara, Geraldo Júnior (MDB), explica que o objetivo é a concessão de microcrédito para fomentar a economia na cidade. "Temos tido uma luta intensa para amenizar os prejuízos de empresários e trabalhadores com a pandemia do Coronavírus. E nosso trabalho tem sido o de intermediar os pleitos das categorias de trabalhadores

e empresários. O compromisso é de salvar vidas e lutar pela movimentação da economia da cidade", frisou.

A Casa também aprovou três emendas da oposição voltadas para a população negra e de mulheres. Uma delas cria a reserva de 30% da aplicação do Fundo de Crédito Emergencial (FCE) para empreendimentos de pessoas negras, além de garantir também a paridade de gênero na distribuição do Fundo, sendo 50% destinada aos empreendimentos de mulheres negras.

Segundo a líder da oposição na Casa, vereadora Marta Rodrigues (PT), o FCE precisa contemplar a totalidade da população de Salvador. "Somos uma cidade composta por 80% da população de negros e negras. É preciso que este Fundo contemple de fato o povo da ci-

dade em sua totalidade e também as mulheres, pois além delas serem maioria populacional, configuram a maior parcela de desempregados na capital baiana", ressaltou a vereadora.

A outra emenda aprovada é para que o FCE tenha também representantes da Secretaria Municipal de Reparação (Semur) e da Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (Sempre). "Um projeto desta natureza só vai dinamizar a economia na cidade, diminuir o desemprego e as desigualdades, se estiver voltado para toda a população que a compõe. Salvador, cidade de maioria informal e de baixa renda, precisa incluir total representatividade no conselho para que todos e todas sejam contemplados no debate", completou.

Prefeito garante que não há "interferência" na gestão

Bruno Reis disse que mantém boa relação diplomática com todo mundo

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), garantiu ontem que não há "qualquer interferência" do ex-prefeito ACM Neto (DEM) na sua gestão. "Eu posso assegurar, que, em nenhum momento, houve qualquer interferência do prefeito ACM Neto em relação a qualquer decisão que eu tenha tomado na gestão. Nestes quatro meses, conversei muito com ele, ouvi suas opiniões, pedi conselhos. Quem vai abrir mão de uma pessoa que tem tanta experiência e foi prefeito por oito anos? Mas as decisões fo-

ram minhas e serão sempre assim", declarou Bruno Reis, em entrevista coletiva, durante a entrega quarta e última etapa de requalificação da Estrada Velha.

O ministro João Roma afirmou que, após assumir o ministério, Bruno Reis "precisou tomar algumas atitudes" com relação a ele por causa do "posicionamento de ACM Neto". Neto decidiu romper com Roma depois do anúncio da nomeação no governo Bolsonaro. O ex-prefeito era contra a ida de João Roma para o Ministério da Cidadania para não dar força ao argumento do deputado federal Rodrigo Maia de que trocou votos na disputa

da Câmara dos Deputados por cargos na administração federal. Também era contrário para não atrelar a sua imagem ao desgastado governo de Jair Bolsonaro. Em Salvador, principal base eleitoral de ACM Neto, apenas 18% dos eleitores aprovam o capitão reformado. É a capital brasileira onde tem a menor aprovação.

Diferentemente de ACM Neto, Bruno tem adotado um tom diplomático e evitado atrito com Roma para, segundo aliados, não criar um mal-estar com o próprio ministro e o governo federal. O prefeito fez, no entanto, um ato simbólico de exonerar Luiz Galvão, que era indicado de Roma, da Secretaria

de Prefeitura-Bairros. Nesta semana, Galvão mostrou certo descontentamento com a maneira que deixou a prefeitura.

"Não briguei com ninguém. Acho que a relação pessoal permanece com todo mundo. Continuo gostando das pessoas da mesma forma. Confesso que essa forma de saída me deixou um pouco chateado. Não por ter sido exonerado, mas pelo fato de você ter passado mais de oito anos à frente de um cargo e você sair sem ao menos um 'muito obrigado', um reconhecimento pela sua participação na trajetória. Só realmente isso que ficou faltando", pontuou.



O PREFEITO de Salvador, Bruno Reis (DEM), garantiu ontem que não há "qualquer interferência" do ex-prefeito ACM Neto (DEM) na sua gestão

CPI da Pandemia: Otto Alencar se solidariza com ex-ministro



O SENADOR Otto Alencar se solidarizou ontem com o ex-ministro Nelson Teich

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O senador baiano Otto Alencar (PSD) se solidarizou com o ex-ministro da Saúde e médico oncologista Nelson Teich durante o depoimento dele ontem na CPI da Pandemia. O especialista disse que deixou o governo por ter percebido que não teria autonomia para conduzir a pasta. Ele afirmou que não sabia da produção de cloroquina pelo Exército e que sua orientação sempre foi contrária ao uso desse e de outros medicamentos sem comprovação científica no

enfretamento da crise sanitária.

"Querida minha solidariedade ao colega, Nelson Teich, porque na minha opinião realmente ele entrou numa fria aceitando ser Ministro da Saúde e, passando um mês, sendo demitido. Quando o vi entrando aqui, fiquei para lhe prestar a solidariedade. Um mês só e ser demitido porque não aceitou que fosse receita uma droga pelo presidente da República para todo o Brasil", disse Otto, durante a reunião.

"Vi há pouco o senador [Eduardo] Girão falando que a hidroxicloroquina é antiviral. Nunca foi antiviral. É para um fotozônio na

malária. Fico olhando assim... Os caras não se formaram em medicina? Não ficaram no banco? Não fizeram residência? Não estudaram química? Receitam assim na maior... 'Pode tomar, porque não tem problema'. Dizem que não tem efeito colateral nenhum. A hidroxicloroquina tem efeito colateral na população. A Ivermectina é neurotóxica. Se tomar a Ivermectina em uma quantidade maior do que está prescrito, ela é neurotóxica! Dá problema no fígado... Como é que se receita desse jeito?", questiona.

O senador baiano também voltou a tecer críticas contra Jair Bolsonaro. "O

que eu defendo é que cada um tenha o seu espaço. Por exemplo: se o presidente da República falar sobre o Exército, vou respeitar. Ele entende do Exército", criticou.

Segundo Teich, que ficou menos de um mês no cargo, "existia um entendimento diferente pelo presidente" Jair Bolsonaro, fato que motivou sua saída do comando da pasta. "Esse era o problema pontual, mas isso refletia falta de autonomia", disse. O ex-ministro também afirmou que nunca foi consultado sobre a produção e distribuição de cloroquina, mas não descartou que possa ter ocorrido, mas "nunca sob minha orientação", apontou.